

## TRAVESSIA PETRÓPOLIS – TERESÓPOLIS NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS (PARNASO): UMA AVENTURA PARA POUCOS.

Evandro Sathler<sup>1</sup>

Recentemente estive no PARNASO com a *Terra Brasilis* Ecoturismo, acompanhando dois holandeses, na qualidade de intérprete e observador na operação da travessia Petrópolis – Teresópolis. A travessia consiste na caminhada entre as sedes da unidade nos dois municípios, operação esta entendida como “produto travessia” doravante. Percorri os trinta e poucos quilômetros que separam as duas sedes numa caminhada que serpenteia a cumeeira da serra do Mar, expondo a alguns poucos privilegiados visitantes o que há de mais exclusivo em beleza cênica sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro. Este produto facilmente pode ser considerado a principal atração do PARNASO, sem demérito das demais atrações. Se não o mais importante, certamente o mais ousado, não levando em consideração as atividades de montanhismo e escaladas, que são atividades bem mais específicas que a travessia e nas quais o PARNASO é pródigo. Digo isso em função do grau de dificuldade e infraestrutura existente: a travessia exige do visitante preparo, espírito de aventura, equipamentos apropriados, dois a três dias disponíveis e, sem dúvida, um guia ou condutor experiente. E contar com um pouco de sorte meteorológica.

Para aqueles que já realizaram esta jornada torna-se desnecessário destacar aqui as belezas cênicas e demais virtudes da travessia. Isto por si só preencheria muitas páginas. Para os que um dia terão este privilégio, desejo uma boa jornada.

Em verdade o que me motiva escrever não é sobre os atributos naturais da travessia, mas sobre o “produto travessia” enquanto objeto de comercialização. Embora não seja especialista em uso público nas unidades de conservação, e longe de gerar polêmica, gostaria aqui apenas refletir sobre o produto ecoturístico “travessia”, sob alguns enfoques, como o institucional e o consumerista. Ao final, refletir sobre a possibilidade de utilização de tração animal no apoio da operação deste produto, especialmente no tocante ao abastecimento dos abrigos. Para quem vislumbra animais quadrúpedes circulando sistematicamente pelos campos de altitude da Serra do Mar, em plena área de Proteção Integral, esquece! Não é disto que estamos tratando.

Inicialmente é importante esclarecer que o PARNASO possui uma concessionária (Hope Recursos Humanos) administrando a visitação, segundo regras estabelecidas pelo interesse público. Não há pretensão de discutir a concessão, em vista da previsão legal<sup>2</sup> e ao rito próprio que segue para sua materialização. Ou mesmo criticar a qualificação da empresa concessionária. As formalidades envolvidas certamente foram atendidas. E, além de tudo, o PARNASO possui Plano de Manejo<sup>3</sup>, que apenas examinei superficialmente, mas que é o

---

<sup>1</sup> Consultor de Projetos Especiais na Terra Brasilis Ecoturismo; Guia de Turismo cadastrado na EMBRATUR desde 1991; advogado socioambientalista, com mestrado e doutorado dedicados às áreas naturais protegidas. Autor do livro “Tropeiros & Outros Viajantes”.

<sup>2</sup> Artigo 33 da Lei 9.985/2000, regulamentado pelos artigos 25 ao 30 do Decreto 4.340/2002.

<sup>3</sup> [www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm\\_parna\\_serra\\_orgaos\\_1.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_parna_serra_orgaos_1.pdf)

documento que orienta a gestão da unidade. Sem ele não haveria, legalmente, qualquer concessão de serviços.

O PARNASO tem por missão promover a “visitação de qualidade”, administrando e mantendo serviços recreativos e o fomento do ecoturismo. A missão é atingida? Em que grau de satisfação? O PARNASO possui outros importantes objetivos institucionais, mas o foco deste escrito está no produto travessia. No exato momento em que se paga uma taxa de ingresso<sup>4</sup>, recolhido e administrado pela concessionária, subentende-se receber algo em troca. A mesma concessionária, fora da taxa de ingresso, oferece serviços básicos, como aluguel de barracas (em ambos os abrigos), banho quente, utilização da cozinha, entre outros serviços. Ou seja, uma relação de consumo, que é regulada na esfera privada, mas que se desempenha em território público.

Superado este introito e dito ao que viemos, quero agora descrever de forma geral a operação do produto travessia.

#### 1º DIA – SEDE BONFIM (CORRÊAS, PETRÓPOLIS) – ABRIGO CASTELOS DO AÇÚ

Nada impede que a travessia seja feita, também, de Teresópolis para Petrópolis. Contudo a preferência pelo sentido Petrópolis – Teresópolis se faz sentir no segundo dia.

A jornada começa na sede do PARNASO, em Petrópolis, na localidade de Bonfim (Corrêas). A recepção é eficiente e acolhedora. Neste local são checados os ingressos daqueles que os adquiriram com antecedência (via internet). É possível, sujeito a disponibilidade, contratar na entrada serviços, como aluguel de barraca, banho quente e utilização da cozinha. Termo de Responsabilidade é assinado. Demais formalidades são atendidas. Embora não haja obrigação na contratação de guias ou condutores para a travessia, estes são extremamente recomendados.

Inicia-se a trilha. Ela ascende mais de mil metros em sete quilômetros de caminhada. É dura e exige preparo. Importante que o visitante não esteja sobrecarregado com equipamentos, especialmente os desnecessários, pois cada quilo faz diferença. O fim da trilha neste dia é o abrigo situado nos Castelos do Açú (2.158 m.). Este primeiro dia pode ser considerado o mais pesado de toda a travessia.

O abrigo do Açú encontra-se interditado por problemas estruturais na edificação. Entendi que o prédio (chalé), estaria tombando para um lado. Este abrigo, bem como o da Pedra do Sino, tem a mesma configuração: dois pisos, dormitórios com beliches (inferior) e área de bivaque (superior), além de banheiros e cozinha no andar inferior. Um banheiro fica voltado para o lado externo, para acesso a qualquer hora dos visitantes acampados.

Os abrigos são guarnecidos por profissionais multifuncionais, auto intitulados abrigueiros. Contratados pela concessionária, os abrigueiros desempenham várias tarefas: desde a limpeza de banheiros, passando pela prevenção de incêndio até o resgate de visitantes perdidos. É intenso. Os abrigueiros trabalham numa escala de sete dias no abrigo e sete dias em casa. E

---

<sup>4</sup> Taxa é um tributo e pressupõe a contraprestação de serviço.

com toda a adversidade da função, estão sempre bem dispostos, não medindo esforços para ajudar os visitantes. O mais surpreendente é descobrir que, embora haja eletricidade oriunda de painéis solares, o fogão e o aquecimento de água para banho (restrito aos abrigueiros no Açú) consomem gás, em botijões de treze quilos, transportados periodicamente desde a sede até o abrigo por cargueiros humanos. Neste ponto se insere a discussão sobre a possibilidade de utilização de tração animal, assunto que será explorado adiante.

Mesmo interditado, o abrigo é guarnecido por pelo menos três abrigueiros. É possível para o visitante obter água potável, utilizar um tanque para lavar utensílios e usar um dos banheiros, sempre limpo, voltado para o lado externo. O banheiro é sem dúvidas o maior conforto neste abrigo. A utilização da cozinha não é possível, embora os abrigueiros se esforcem para facilitar o preparo de alimentos dos visitantes na varanda, abrigada do vento.

Uma das maiores atrações do Açú é ver o pôr e o nascer do sol, se a meteorologia permitir.

O pernoite é realizado, neste momento, em barracas, em área própria, enquanto não for equacionado o problema que gera a interdição do abrigo. As barracas são alugadas, mas não há impedimento de que o visitante traga a sua própria. Existe outra área de acampamento, um pouco mais distante do abrigo, próximo à formação dos Castelos do Açú. Não há água por lá mas dispõe de banheiro seco.

Em qualquer dos locais de acampamento o vento forte compete com um sono tranquilo em razão dos ruídos produzidos com a agitação dos sobretoldos das barracas. Some-se a isso o frio intenso. Em contrapartida consolam-se os que não dormem com a vista noturna da região metropolitana, com os contornos bem iluminados da baía de Guanabara, além de um céu magnificamente estrelado.

## 2º DIA - ABRIGO CASTELOS DO AÇÚ – ABRIGO PEDRA DO SINO

A travessia, propriamente dita, se inicia no segundo dia. São aproximadamente onze quilômetros até o abrigo da pedra do Sino. Embora a trilha seja relativamente bem demarcada isto não impede que alguns visitantes se percam. Situações meteorológicas adversas enevoam a área em questão de minuto, prejudicando a visibilidade: não é possível enxergar um palmo à frente.

A caminhada se desenvolve num sobe e desce de morros, com momentos em que a existência de infraestrutura é imprescindível, como também é a utilização de equipamentos de montanhismo. Daí a importância de guias experientes e equipados na condução desta travessia. A trilha no sentido Petrópolis – Teresópolis tem a vista da serra dos Órgãos pela frente, todo o tempo, emoldurado ao fundo pela paisagem pujante dos Três Picos<sup>5</sup>: este conjunto forma um quadro sem rival, razão pela qual este sentido é o mais popular.

A chegada ao abrigo da pedra do Sino, também conhecido como abrigo Quatro, é discreta. Este abrigo é bem abrigado de ventos, o que torna a temperatura mais amena, embora frio e com temperaturas abaixo de zero no inverno.

---

<sup>5</sup> Parque Estadual dos Três Picos.

Este abrigo funcionava plenamente e dispunha de todas as facilidades, como a cozinha e disponibilidade de banho quente (limitado a cinco minutos). A cozinha encontrava-se bem aparelhada e com utensílios suficientes para simultâneas iniciativas de preparo das variedades mais criativas da gastronomia de montanha: o macarrão.

Entre outras funções, os abrigueiros estão em contato permanente via rádio, alimentando uma central com informações sobre, principalmente, fogo, movimentação de visitantes e qualquer outra situação adversa. Reportam de imediato a chegada dos visitantes provenientes do Açú, ou vice versa: quem saiu do Açú tem que passar pelo abrigo da Pedra do Sino (*touch base*), caso contrário, caída a noite as equipes são organizadas para ir ao encalço. Os visitantes também colaboram com informações. Cada abrigo possui um livro no qual se registra a rotina dos abrigueiros.

O pôr do sol pode ser observado da Pedra do Sino (2.275 m.), maior altitude do PARNASO, e o nascer do sol do morro do Papudo (2.234 m.), bem próximo ao abrigo.

### 3º DIA - ABRIGO PEDRA DO SINO – SEDE TERESÓPOLIS

A jornada deste dia é – via de regra – derradeira. Chega-se ao fim da travessia ao final da trilha. É também a mais tranquila. São onze quilômetros descendendo-se suavemente, mais de mil metros, em zigue zague, até a sede do PARNASO em Teresópolis. A caminhada se dá em sua maior parte sob a mata, sombreada e alegrada com cantos e chamados de pássaros. Ora ou outra se abre uma ampla vista sobre a cidade de Teresópolis. Por ser a parte final da jornada, a descida é, geralmente, silenciosa.

### O PRODUTO TRAVESSIA

A travessia Petrópolis – Teresópolis é antiga. Encontra-se no menu de opções e atividades de montanhistas, excursionistas, escoteiros, entre outros, há décadas. Nos últimos anos os abrigos foram dinamizados, oferecendo mais conforto aos visitantes. O PARNASO possui uma concessionária, o que por si só diz muito, em termos institucionais. Vale dizer que existe plano de manejo e conselho instituído. Acredito que a questão fundiária esteja bem equacionada. O simples fato de uma unidade de conservação prestar serviços através de terceiros (concessionária) demonstra alto nível de modernidade, para os padrões nacionais. Não são muitas unidades modernas no Brasil, assim que o PARNASO está na vanguarda da gestão de unidades de conservação.

A travessia é um produto de aventura, singular, específico e restrito. Pode ser operado com relativa facilidade, portanto perfeitamente comercializável. O custo tende a ser pouco atraente, limitando ainda mais a clientela. Entretanto, bem apresentado, e com bom apoio operacional dos guias de montanha com experiência na travessia, o produto ganha escala e pode chegar com mais frequência aos catálogos de outras empresas de ecoturismo no Brasil e no exterior.

Fortalecido por seus atributos de operação e potenciais de comercialização, o produto travessia é operado hoje com deficiência, em virtude da interdição do abrigo do Açú. Este problema deve ser sanado o quanto antes para que o produto possa ser desfrutado plenamente. Neste sentido entidades como a ABETA podem cobrar do PARNASO informações

quanto ao cronograma das obras necessárias para reativar o abrigo do Açú, colaborando assim com a transparência na gestão dos serviços destinados ao *trade* turístico.

Como alternativa à inoperância do abrigo do Açú, a operação pode ser realizada em dois dias, sendo o primeiro mais leve e o segundo um pouco mais pesado, sem maiores sacrifícios. Neste caso a jornada é invertida, começando-se em Teresópolis, finalizando o primeiro dia no abrigo da pedra do Sino, que se encontra funcionando plenamente. No segundo dia a jornada vai normalmente até o abrigo do Açú, onde pode ser feito um descanso e uma refeição. Descendo na sequência para a sede de Petrópolis, na parte da tarde.

#### ABRIGOS E DEMAIS SERVIÇOS

Mesmo com o pouco contato que tive com os abrigueiros, em ambos os abrigos, foi possível perceber bons níveis de engajamento e dedicação pelo trabalho. Existem dificuldades inerentes, balanceadas com o ir e vir dos visitantes.

O que mais me chamou atenção foi a forma como os abrigos são abastecidos: com cargueiros humanos. Isto significa dizer que tudo, absolutamente tudo que é consumido nos abrigos, seja pelos abrigueiros ou em virtude dos serviços prestados aos visitantes, sobe nas costas de alguém.

Este fato despertou uma primeira reflexão: por que não se utiliza tração animal para transportar os insumos necessários ao funcionamento dos abrigos?

#### TRAÇÃO ANIMAL

Para entendimento estou tratando de tração animal neste contexto o transporte de carga realizado por muares ou asininos cargueiros.

A lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei 9.985/2000, em seu artigo 31, vedou de forma genérica a introdução de espécies (flora e fauna) não autóctones nas unidades de conservação. As razões são óbvias, pois as unidades existem para, entre outros motivos, proteger a diversidade biológica. Animais e plantas exóticas poderiam impactar o ambiente ao qual se destina a proteção.

Contudo, no parágrafo deste mesmo artigo 31 excetuam-se aquelas plantas e animais necessários à administração e às atividades da unidade, remetendo esta possibilidade a regulamento, de forma genérica e, ao Plano de Manejo, para o caso a caso dependendo da categoria e da unidade. Este artigo não foi regulamentado pelo Decreto 4.340/2002, principal regulamento do SNUC.

O Plano de Manejo é o documento que orienta a gestão das unidades de conservação. São poucas as unidades que possuem Plano de Manejo, e menos ainda aquelas que seguem o plano.

Sobre a possibilidade de utilização de tração animal para suprir os abrigos do PARNASO nada encontrei no Plano de Manejo. Tive notícias, porém, que o assunto veio à tona em algumas das reuniões de elaboração do plano, mas os argumentos biológicos mais alinhados com os objetivos da unidade preponderaram. O principal argumento se relaciona com os impactos

sanitários (urina e fezes) na trilha. E outro impacto se relaciona ao dano nas trilhas com o pisotear dos cascos. Verdadeiramente, são argumentos respeitáveis.

Em que pese, estes dois impactos podem ser mitigados. Olhando por outro lado, o fluxo de dois ou três animais na trilha uma vez por semana pode ser considerado um impacto insignificante, pois os animais podem ser treinados para subir e descer sem defecar no trajeto. Com a palavra os veterinários. Se, contudo, ocorresse uma evacuação, as fezes podem ser coletadas e dispostas apropriadamente. Em relação à urina é um pouco mais incerto. No tocante ao pisotear dos cascos, os locais mais suscetíveis podem ser previamente identificados e os próprios animais podem carregar os materiais para pavimenta-los, com materiais compatíveis. Cada muar pode carregar em média cento e vinte quilos. Vale destacar que ao longo da história brasileira o muar (burro ou mula) foi o principal meio de transporte de cargas. Burros e mulas já transportaram caixão e o respectivo defunto, piano, espelhos, mobiliário em geral, para citar alguns exemplos.

A trilha da sede de Teresópolis ao abrigo da pedra do Sino se apresenta melhor para os animais, devido à suavidade da descida, facilitando de sobremaneira a faina de transporte por animais cargueiros. Na trilha da sede de Petrópolis até o Açú, vejo com mais cautela, e acredito que os animais atingiriam dois terços ou três quartos de toda a trilha. Mesmo não chegando até o abrigo do Açú já seria um grande alívio para as mulas humanas.

Ilustrando, alguns parques nacionais nos Estados Unidos são patrulhados por guardas florestais à cavalo.

## CONCLUSÃO

A região de Corrêas, em Petrópolis, já foi no passado um importante ponto de parada de tropeiros e viajantes entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais. À beira da Estrada Real, a região conviveu com grandes quantidades de muares por uns dois séculos. Especialmente na segunda metade do século XIX, quando a Estrada União Indústria ligava Petrópolis a Juiz de Fora em diligências puxadas por mulas, em viagens que levavam até doze horas. Corrêas era um dos principais pontos de apoio. Toda a região de Corrêas já supriu forragem para as tropas.

Tive notícias de que no Parque Nacional do Caparaó cavalos dão, ou já deram, no passado, suporte aos visitantes. Não sei se para transporte de carga ou gente, ou ambos.

Desta forma, com respeito àqueles que defendem a higidez ambiental do PARNASO, não acredito que duas ou três mulas, com capacidade de carga de 360 quilos, uma vez por semana, subindo e descendo a trilha possa causar danos insuportáveis. Respeito, ainda, aqueles que acreditam que o produto travessia deve permanecer com os níveis de dificuldades existentes e com isto filtrar ainda mais os visitantes. Num passado recente sequer os abrigos existiam e nem por isso faltavam os visitantes.

Em todo caso, ainda me parece um grande sacrifício o transporte de carga por seres humanos, nas condições em que o terreno se apresenta, especialmente na subida do Açú. Mas compreendo que as características ambientais da unidade estejam em primeiro plano e não permitam o envolvimento de animais, ainda que apenas na trilha, e ainda que com pouca frequência.

Uma outra reflexão, menos polêmica, se relaciona com a imagem da unidade. Mesmo não sendo o PARNASO a pessoa a quem diretamente se contrata, por exemplo, um banho quente no abrigo da Pedra do Sino, a ideia de quem consome o serviço se liga diretamente à imagem do ICMBio. Esta é a pessoa que aparece na sinalização *intra* parque. Não há qualquer referência à Hope Recursos Humanos, a não ser em recibos e ingressos. Há uma questão de imagem em voga. Em qualquer caso o consumidor está protegido em face da prestadora de serviços, aquela que recebe a contraprestação pecuniária, no caso a concessionária.

Por fim reitero que devem ser procedidos imediatamente os reparos no abrigo do Açú, retornando a prestar os serviços para os quais foi construído. Neste sentido conclamo a ABETA para fazer gestão junto ao PARNASO neste sentido.

Enquanto não se resolvem os impasses entre o PARNASO e a concessionária, ou não se resolve o helicóptero para carregar os materiais para o reparo do abrigo, insisto que mueres cargueiros poderiam transportar a maior parte dos materiais necessários para os reparos do abrigo, a custos absurdamente mais em conta.